

O panorama midiático na Venezuela: censura, confronto e crise

David Blanco-Herrero¹ Carlos Arcila Calderón²

Resumo: A crise social, política e econômica que sufoca a população venezuelana também se reflete no setor de comunicação, em sobressalto por três grandes problemas: a crise econômica, que dificulta a sobrevivência de muitas mídias e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs); a polarização sociopolítica, que faz com que a maioria dos meios de comunicação estejam fortemente ideologizados a favor ou contra o governo, o que reduz sua credibilidade; a censura e o controle estatal, que impedem a existência de meios de comunicação livres e independentes e que muitas vezes forçam os profissionais à autocensura. Este trabalho usa dados do relatório Media Landscapes da Venezuela (ARCILA & BLANCO-HERRERO, 2019) para aprofundar a análise desses problemas e buscar alternativas que, embora ainda distantes e insuficientes, poderiam contribuir para a sobrevivência e a possível melhora do setor de comunicação na Venezuela. Entre as alternativas incluímos a proliferação de mídias digitais que tentam escapar da censura e do controle estatal, o trabalho de associações profissionais e a defesa dos direitos de jornalistas e comunicadores, uma possível mudança política, e os esforços de uma população ávida por informação.

Palavras chave: Mídia; Jornalismo; Venezuela; Crise Econômica; Censura

Abstract: The social, political, and economic crisis that affect the Venezuelan population is also visible in the field of communication. This sector suffers under three main problems: economic crisis, which makes it difficult for several media to survive and also the development of Information and Communication Technologies (ICTs); the socio-political polarization, which makes most media to have a strongly ideological position in for or against the government, resulting in low credibility; and censorship and state control, which prevents the existence of free and independent media, often leading to self-censorship. This article uses data from the Media Landscapes Report on Venezuela (ARCILA & BLANCO-HERRERO, 2019) in order to deepen the debate regarding those problems and to analyze alternatives that, although still distant and insufficient, could contribute to the survival or the improvement of the communication sector in Venezuela. It highlights the proliferation of digital media as an expedient to get way from censorship and state control, the effort of professional organizations that defend the rights of journalists and communicators, and a feasible political change due to the efforts of the population, hungry for information.

Keywords: Media; Journalism; Venezuela; Economic Crisis; Censorship.

¹ Doutorando no Programa de Doutorado Educação na Sociedade do Conhecimento da Universidade de Salamanca, Espanha. E-mail: david.blanco.herero@usal.es

² Prof. Dr. do Departamento de Sociologia e Comunicação da Universidade de Salamanca, Espanha. E-mail: carcila@usal.es

Introdução

A situação que a Venezuela enfrenta hoje está sujeita a mudanças rápidas e muitas vezes imprevisíveis que tornam difícil fazer um retrato definitivo do país, porque nesse contexto tão volátil e convulsivo, qualquer gatilho pode levar a mudanças radicais tanto gerais como no setor que nos interessa, o da comunicação e da informação. Fica evidente que o cenário da mídia venezuelana atravessa um momento delicado e sério, o que justifica uma análise dos principais problemas que explicam essa situação, suas causas, e também o estudo de alternativas e formas de melhoria no futuro. Para isso, tratamos aqui de aprofundar e ampliar os dados e conclusões do relatório *Media Landscapes de Venezuela* (ARCILA & BLANCO-HERRERO, 2019).

Antes de entrar nas questões específicas é preciso ressaltar que a partir da autoproclamação de Juan Guaidó como presidente encarregado, em 23 de janeiro de 2019, a situação social e política na Venezuela está longe de melhorar. O que até então se constituía como forte polarização entre partidários do governo [1] presidido por Nicolás Maduro e opositores, evoluiu para um contexto em que dois grupos lutam por reconhecimento internacional, controle de instituições civis e militares e legitimidade para governar o país.

A bicefalia no poder deu origem a maior tensão e polarização. Considerando que ainda não houve um confronto militar, grande parte da luta por reconhecimento e legitimidade ocorre a partir da mídia. Isso exacerbou os problemas que vinham afetando o setor de comunicação desde a época de Hugo Chávez e que se agravaram durante o governo de Nicolás Maduro. Assim, usamos três termos para definir o panorama da mídia na Venezuela: controle do governo, confronto e crise. Embora os três problemas estejam inter-relacionados e se complementem, afetando o setor de comunicação e jornalismo como um todo, neste estudo vamos analisá-los separadamente, já que cada um deles tem diferentes consequências associadas, que afetam em maior ou menor grau um tipo de mídia ou outras.

Os três C's que sufocam o ambiente midiático venezuelano Censura e controle governamental

É provavelmente o fenômeno mais problemático e o que afeta de maneira mais específica o setor jornalístico e comunicativo. E faz isso em duas direções: controlando a mídia mais poderosa do país e censurando aqueles que são críticos.

A falta de liberdade dos jornalistas que não pertencem à mídia relacionada ao governo se traduz em agressões físicas, roubo ou destruição de material de gravação de imagens, retirada de licenças e sanções que implicam em proibição temporária

de publicação ou emissão, limitação de acesso à informação pública a determinados meios de comunicação ou jornalistas, e incapacidade de acessar determinados conteúdos e páginas web (ROMERO-RODRÍGUEZ; TORRES-TOUKOUMIDIS; AGUADED, 2017). A isso se soma, por exemplo, o corte de sinais de transmissão, a censura de programas ou a apresentadores (RODRÍGUEZ, 2018) ou o bloqueio de cadeias inteiras, inclusive algumas internacionais, como a Caracol TV, colombiana, ou a CNN em espanhol (BUITRAGO; PONS, 2017). Essas ações, protegidas pela legislação atual, levam jornalistas e meios de comunicação independentes ou críticos ao governo a se autocensurarem como única maneira de continuar trabalhando.

Essa situação, que gera perda de credibilidade e confiança na mídia, é complementada pelo controle dos principais meios de comunicação, especialmente o rádio e a televisão, por meio do Sistema Bolivariano de Comunicação e Informação (SiBCI). A única estação de rádio a alcançar quase todo o país é a Rádio Nacional da Venezuela, controlada pelo Estado (GONZÁLEZ, 2015). O mesmo vale para a Agência Venezuelana de Notícias, a principal e praticamente única agência de notícias do país, controlada pelo governo através do Ministério do Poder Popular para Comunicação e Informação; e para a televisão, meio ainda mais popular no país, sobre o qual o governo exerce maior controle. Um dos casos que melhor exemplifica a situação foi a não renovação em 2007, pelo governo de Hugo Chávez, da licença de transmissão da RCTV (Radio Caracas Televisión), uma das principais redes privadas do país, sob alegação de apoio à tentativa de golpe de Estado de 2002. Sua frequência foi transferida para a Televisora Venezolana Social (TVes), sob controle governamental. A compra de canais privados por grupos leais ao chavismo ocorre desde então, e chegou a 13 das 18 redes de televisão que transmitem no país. Essas aquisições não se limitaram à televisão, como mostra a venda em 2013 do jornal Noticias a um grupo relacionado ao regime (FERNÁNDEZ, 2018).

Outro elemento que afeta os setores público e privado de rádio e televisão é a obrigação de transmitir as conhecidas “correntes”, mensagens presidenciais criadas por Hugo Chávez e mantidas por Nicolás Maduro, que interrompem a programação muitas vezes inesperadamente, de acordo com a vontade do Presidente, para fazer anúncios oficiais.

As ações e medidas estão previstas na legislação vigente na Venezuela, principalmente na Lei Orgânica das Telecomunicações (LOTEL), aprovada em 2000 e alterada em 2011, quando tornou-se mais restritiva. A Lei estabelece que cabe à Conatel (Comissão Nacional de Telecomunicações) a tarefa de garantir a conformidade das operações de rádio e TV, inclusive com poder de fechar ou bloquear canais. A Comissão

está vinculada ao Ministério do Poder Popular para Comunicação e Informação, que também regulamentou a concessão de licenças e concessões, constituindo outra forma de controle da mídia.

Outras duas normas restringem atualmente o funcionamento da mídia. A primeira, Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão (RESORTE), aprovada em 2004, regula todo o conteúdo veiculado no rádio e na televisão, promovendo a “responsabilidade social” de todos os envolvidos no sistema de mídia, o que a levou a ser considerada uma Lei da Mordaza pela oposição e por organizações como a Human Rights Watch. Sua alteração em 2010 para incluir a internet e as redes sociais expandiu o controle do Estado para o ambiente digital. (URRIBARRÍ; DÍAZ HERNÁNDEZ, 2018). A segunda, a Lei Contra o Ódio, pela Convivência Pacífica e Tolerância, aprovada em 2017, se concentrou nos meios sociais digitais, justamente onde estão mais presentes as vozes críticas ao governo. Embora tenha anulada pela Assembleia Nacional por violar a Constituição e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a lei continua sendo aplicada. A maior crítica à lei diz respeito à falta de definição do que é considerado discurso de ódio, o que possibilita a aplicação arbitrária de penas que podem chegar a 20 anos de prisão por crimes de ódio (ESPACIO PÚBLICO, 2018).

Confronto

A censura que mencionamos se concentra, sobretudo, na mídia independente ou em críticos do governo, uma vez que o apoio e a visão favorável dos meios de comunicação afinados com o governo estão praticamente garantidos. Existem, assim, dois grupos bem definidos: o primeiro é constituído pelos meios de comunicação que apoiam o governo, sejam de propriedade pública ou privada, de grupos ou associações relacionadas às ideias de Chávez, geralmente com discurso mais homogêneo. O segundo grupo é composto por meios privados, nacionais ou internacionais, que podem ter vínculos com a oposição ou com determinados grupos dentro dessa mídia, ou meios independentes, com discursos mais plurais e heterogêneos, por isso mesmo mais sujeitos também a censura e intervenção estatal. Exceto em alguns meios de comunicação internacionais, a existência de vozes discordantes da ideologia ou da linha editorial do meio não é comum, o que dá origem à mídia partidária no lugar de fontes independentes de informação. Como no caso da censura, e intimamente relacionado a ela, essa situação de polarização aumenta a desconfiança na mídia. Segundo dados do instituto de pesquisa de opinião Hinterlaces (2017), 74% dos venezuelanos dizem ter pouca ou nenhuma confiança na mídia.

Embora limitado pela censura e autocensura este confronto entre os dois

blocos é visível em todos os meios de comunicação, onde podem ser encontrados movimentos a favor e contra o governo. Em geral, a censura e o controle são maiores na mídia tradicional – imprensa, rádio e televisão – vozes pró-governo mais abundantes do que as vozes críticas que, além de menores em número, têm que se autocensurar ou enfrentar inúmeras dificuldades. Embora essa polarização também esteja presente no ambiente digital, a paridade de vozes é maior, devido à dificuldade de controlar as redes sociais e a mídia internacional.

Embora seja aplicável a todas as mídias e plataformas é precisamente na mídia digital que as acusações de uso de notícias falsas ocorrem com maior frequência. Ambos os lados incriminam um ao outro dessa prática. Atores relacionados ao governo acusaram a oposição e as potências mundiais, especialmente os Estados Unidos, de espalhar notícias falsas para promover a mudança do regime (MCILROY, 2017). Por outro lado, partidários da oposição acusam o governo de falsificar estatísticas oficiais e esconder a dramática situação do país em quase todas as áreas. Informações falsas e pouco confiáveis, preparadas exclusivamente para fins partidários de um dos dois lados que se confrontam política e socialmente, são muito comuns na Venezuela, o que contribui, mais uma vez, para a perda de credibilidade da mídia e a descrença dos cidadãos diante de grande parte da informação que recebem.

Crise

As causas da crise econômica são múltiplas e complexas, impossíveis de serem analisadas em um estudo como este, mas as consequências mais visíveis para o cenário midiático e para a grande maioria da sociedade foram a hiperinflação (em maio de 2019 estava em 815,194%, de acordo com dados da Comissão de Finanças da Assembleia Nacional) e a escassez de mercadorias. Isso afetou principalmente os jornais impressos, que enfrentaram a falta de papel jornal, e também o resto da mídia, sujeita a uma infraestrutura de telecomunicações de baixa qualidade, com cortes frequentes de energia, que impedem que novas tecnologias de comunicação cheguem a maior número de pessoas.

Nesse contexto, não há dúvida de que o setor do jornalismo mais afetado é o dos impressos, com a escassez de papel imprensa forçando fechamentos temporários, encerramentos definitivos, diminuições na frequência de publicação ou migração parcial ou absoluta para formatos digitais. Este fenômeno, agravado pela situação geral de escassez em todo o país de quase todos os bens de consumo, deriva em parte de uma decisão de governo que em 2012 deixou de considerar o papel de imprensa como ativo de importação prioritário, que dava condições preferenciais para aqueles

que o adquiriam no exterior, e da criação em 2013 do Complexo Editorial Alfredo Maneiro, um monopólio estatal responsável pela importação e distribuição de todo o papel jornal e outros suprimentos para os meios impressos na Venezuela. Assim, embora a escassez tenha atingido meios relacionados ao chavismo, o poder do Complexo estatal também passou a operar como ferramenta de censura e pressão.

Uma das maiores vítimas da falta de papel foi o El Nacional, um dos jornais tradicionais mais influentes, que encerrou sua edição impressa em dezembro de 2018. Naquele ano, 40 jornais deixaram de circular em todo o país, e outros 13 tiveram que reduzir sua circulação ou formato. Hoje, em 10 dos 24 estados venezuelanos não circulam meios regionais (ESPAÇO PÚBLICO, 2019).

De forma menos direta e menos exclusiva do jornalismo, as medidas econômicas impostas pelo governo venezuelano, com destaque aqui para o aumento do salário mínimo de 30 para 1.800 Bolívares em 17 de agosto de 2018, complicou a sobrevivência de vários meios de comunicação privados. Eles geralmente pagam salários mais altos, mas muitas vezes não podem aumentar seus preços porque a população não pode pagar pelos bens mais básicos. Essa situação funciona muitas vezes como mais uma medida de censura, já que a mídia pública ou relacionada ao governo recebe apoio institucional que não existe para os grupos privados críticos ou independentes, que assim são forçados a fechar.

Por fim, devemos mencionar que a deficiência de infraestrutura de telecomunicações como o 4G, que apesar do anúncio recente de investimentos para implantar essa tecnologia em todo o país (EUROPA IMPRENSA, 2019) até então estava restrito a alguns estados – ou a velocidade de conexão à internet de 1.61Mbps (IPYS, 2018), a mais lenta da América Latina e do Caribe (AVENDAÑO, 2018) – impede o desenvolvimento ou acesso de outras mídias, afetando principalmente a mídia digital. A falta de recursos públicos e privados dificulta o investimento em uma infraestrutura antiga e subdesenvolvida, que juntamente com a impossibilidade de muitos venezuelanos pagarem para acessar serviços de mídia e internet, e torna impraticável desenvolver e inovar no setor de comunicação.

Alternativas de futuro

Mídia digital

Os três problemas citados anteriormente fizeram com que boa parte dos venezuelanos recorresse a canais alternativos para se informarem. A migração da mídia impressa para a mídia digital provocada pela falta de papel, a proliferação de

pequenas mídias locais ou altamente segmentadas (especialmente rádios) usando a internet e, principalmente, a busca de plataformas para evitar a censura e o controle do Estado, explicam o crescimento de formas de comunicação online.

Esse recurso, no entanto, é limitado por dois fatores. Por um lado, a censura e a falta de liberdade na rede são significativas, com o acesso a inúmeras páginas e mídias nacionais e internacionais limitado ou completamente bloqueado; por outro lado, vários meios críticos do governo sofrem bloqueios ou ataques (MONITOR PRODAVINCI, 2019). No relatório Liberdade na Rede 2018, elaborado pela Freedom House, a Venezuela obteve 66 entre 100 pontos (sendo este o valor máximo de liberdade), o que mostra que não há liberdade de rede na Venezuela (FREEDOM HOUSE, 2018). Por outro lado, a fraqueza e a deficiência de infraestrutura de telecomunicações já mencionadas dificultam essa expansão, devido às frequentes quedas de energia e à impossibilidade de oferecer altas velocidades de conexão pelos preços cobrados levando em conta os salários na Venezuela, afetados pela desvalorização do Bolívar, ainda que os preços possam ser considerados muito baixos se comparados com outros países

Mesmo nesse ambiente de dificuldades diversos meios de informação nacionais atingiram níveis elevados de influência, ao oferecer vozes independentes na ausência de maior número de portais controlados pelo governo. Isso é especialmente válido para as redes sociais, canais preferidos para a mobilização da sociedade venezuelana e para o fornecimento de informações não controladas pelo Estado ou pela grande mídia, ao permitirem uma ampliação do discurso público e funcionarem como o único escape para a polarização predominante no restante das plataformas. O uso dessas plataformas, mais comum entre os detratores do governo e a população mais jovem e de nível socioeconômico mais alto, é superior à média da América Latina. O Facebook é usado por 70% da população venezuelana – o que faz do país o terceiro da América Latina em maior percentual de uso, o YouTube é usado por 36% das pessoas e o Twitter por 24%, compondo dados que fazem da Venezuela um líder regional no uso das redes (LATINOBAROMETRO, 2018) apesar da estagnação recente dos últimos anos devido às limitações técnicas mencionadas anteriormente.

Essa situação originou a proliferação do jornalismo cidadão como alternativa à mídia tradicional. Há iniciativas como a plataforma Dolar Today, que divulga a taxa de câmbio entre moedas diferentes, o que é considerado ilegal pelo governo, único responsável por fixar as taxas de câmbio oficiais entre o Bolívar venezuelano e o restante das moedas no mundo, principalmente o dólar americano. O website tem grande influência no contexto de hiperinflação que o país está vivenciando e também

porque inclui uma quantidade significativa de conteúdo sensacionalista, muitas vezes publicado por usuários sem qualquer tipo de verificação ou controle de qualidade.

Associações civis, sindicatos

O cenário dramático e complexo da mídia na Venezuela fez com que associações profissionais de jornalistas, sindicatos e organizações não-governamentais que defendem a liberdade de imprensa assumissem o papel de principais contrapoderes na luta contra a censura e pela defesa dos direitos dos jornalistas e comunicadores.

As associações incluem o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Imprensa (SNTIP, que integra a Federação Internacional de Jornalistas e o principal sindicato do setor de mídia na Venezuela); a Associação Nacional de Jornalistas (CNP, principal associação profissional do país, encarregada da prática responsável do jornalismo e organizadora do Código de Ética do Jornalista Venezuelano); a Associação Interamericana de Imprensa (SIP, de abrangência continental, que dá especial atenção à Venezuela na defesa da liberdade dos seus jornalistas); a Associação de Jornalistas Venezuelanos no Exterior (APEVEX, criada durante o governo de Hugo Chávez, que ganhou relevância diante do êxodo de venezuelanos, inclusive jornalistas, para outros países); além de ONGs e outras organizações como o Instituto de Imprensa e Sociedade (IPYS), Espaço Público e Medianálisis. Alguns desses grupos atuam há várias décadas e embora nem todos tenham seguido sempre uma linha crítica do chavismo, nos últimos anos adotaram posições mais combativas contra o governo e passaram a se dedicar ao registro e à denúncia de violações dos direitos dos jornalistas e comunicadores, além de preparar e divulgar relatórios sobre o setor apoiando jornalistas e meios de comunicação na luta contra a censura e a interferência do Estado.

Embora a complexidade da tarefa muitas vezes tenha impedido esses grupos de garantir um jornalismo livre, é possível supor que, sem a sua atuação, a situação seria muito mais complicada para o setor na Venezuela. O trabalho desenvolvido resultou em grande relevância para o público e força organizacional, com reconhecido prestígio nacional e internacional. Dada a inexistência ou a manipulação dos números oficiais, as estatísticas e registros que essas organizações realizam são considerados os mais confiáveis para entender o panorama da mídia venezuelana. É possível afirmar que a relevância adquirida pela prática de confrontar um regime autocrático e defender a sua independência de expressão permitirá que essas organizações continuem exercendo a mesma função neste ou em outros governos.

Uma mudança política e de políticas

Não é intenção deste artigo tratar das mudanças deveriam ocorrer na arena política, nem considerar se um novo governo seria melhor ou pior do que o atual, nem avaliar qual ideologia ou personalidade política deveria ser priorizada. No entanto, com o governo do autoproclamado Juan Guaidó ou com um outro nome de qualquer partido, fica claro que os problemas do jornalismo e da comunicação na Venezuela exigem uma solução que é, em primeiro lugar, política.

Somente do campo da política podem ser abolidas as leis que hoje permitem a censura e a intervenção estatal na mídia. A política será também a solução para a atmosfera de tensão e confronto que reina na sociedade venezuelana e que se reflete em sua mídia, e para mudanças na política econômica do país necessárias para aliviar a crise econômica. As medidas mais urgentes e relevantes a serem tomadas são a independência da mídia pública e o fim das violações de direitos de jornalistas e comunicadores, o que não parece estar próximo no contexto atual. O início de um diálogo entre o governo venezuelano e a oposição realizado em Oslo (Noruega) em meados de 2019, pode levar a uma nova convocação para eleições. Mesmo assim, como apontamos no início deste artigo, a situação da política venezuelana muda muito rapidamente, por isso é difícil fazer qualquer previsão, já que o processo de diálogo pode falhar ou ter sucesso, e em ambos os casos consequências podem ser bastante diversas ou inesperadas.

Uma população ávida por informação

Apesar dos problemas apresentados na primeira parte e do deficit das soluções ou alternativas consideradas na segunda parte deste artigo, a população venezuelana mostra alto interesse em ser informada, em parte porque a realidade apresentada pela mídia do governo não corresponde à realidade que os próprios cidadãos percebem em seu entorno. O interesse em estar informado e em comunicar também se deve ao papel ativo que os cidadãos adquiriram em manifestações e mobilizações a favor e contra o governo. Por isso, além da mídia tradicional – com baixos níveis de credibilidade – e da mídia digital – limitada pela censura e pela ausência de infraestrutura – os venezuelanos recorreram a medidas alternativas. O portal de informações El Pitazo é um exemplo: escolheu viajar por diferentes áreas do país com um alto-falante acoplado a um veículo para levar informações a pessoas em áreas sem acesso à internet. Outra iniciativa, indicada para a categoria Inovação do Prêmio Gabriel García Márquez de Jornalismo, foi a El Bus TV, produzida por um grupo de jornalistas que entram em um ônibus e leem as notícias em voz alta, colocando uma moldura de papelão na sua frente

simulando um aparelho televisor. Alguns meios também começaram a distribuir informações através de WhatsApp ou SMS, que também são frequentemente usados pelos próprios cidadãos para informar uns aos outros. Num país em que os meios de comunicação social não são confiáveis ou acessíveis, a comunicação interpessoal ganhou relevância, fazendo com que as assembleias de cidadãos, manifestações ou comícios políticos também se tornassem uma fonte de informação (RODRÍGUEZ; FERNÁNDEZ, 2017).

Essas ações têm em comum o fato de prescindirem de um meio de comunicação, voltadas para uma conexão mais direta entre o produtor da informação e o seu destinatário. Isso permite escapar à censura e ao controle estatal e obter informações próximas e diretas, mas não garante que essas informações tenham qualidade, nem impedem – ao contrário, estimulam – as câmaras de ressonância, de modo que a polarização continua aumentando.

Considerações Finais

O cenário midiático na Venezuela praticamente não mudou desde a publicação do relatório *Media Landscapes de Venezuela* (ARCILA & BLANCO-HERRERO, 2019) em abril de 2019. A situação de convulsão no país afeta o setor de comunicação, no qual predominam três sérios problemas – censura e controle governamental, o confronto entre dois blocos e a crise econômica – nenhum deles exclusivo da comunicação e nenhum deles com previsão de solução fácil ou em curto prazo. Acrescenta-se aqui a complexidade e a tensão do atual contexto sociopolítico, bem como a ausência de dados e estatísticas confiáveis e atualizados que impedem a elaboração de previsões minimamente confiáveis sobre o futuro do setor de comunicação na Venezuela. Assim como em outros setores e diferentes áreas do país, a qualquer momento pode haver uma reviravolta que melhore ou piore a situação. As perspectivas não são positivas e o prolongamento desta situação só implicará maiores dificuldades para os profissionais da informação e da comunicação e para os consumidores. Existem alternativas, porém, que embora careçam de força para provocar mudanças suficientes em curto prazo oferecem alguma esperança a um setor em crise e, sobretudo, sem liberdade.

Notas

[1] Neste trabalho nos referimos ao governo de Nicolás Maduro como de oposição ao grupo que atualmente é liderado por Juan Guaidó. Não é uma posição política dos autores, mas o reflexo da realidade em termos práticos, uma vez que a gestão do país e do Poder Executivo permanecem em mãos de chavistas. Consideramos que esta seja a definição mais conhecida e compreensível.

Referências

- ARCILA, Carlos; BLANCO-HERRERO, David. *Media Landscapes*. Venezuela. Disponível em: <https://medialandscapes.org/country/venezuela>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- AVENDAÑO, Emily. *Vivir sin Internet: Cantv desconecta a Venezuela*. El Estímulo. Julio, 2018. Disponível em: <http://elestimulo.com/climax/vivir-sin-internet-cantv-desconecta-a-venezuela/>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- BARJAS, Keneth. *Sin periódicos: menos noticias en Venezuela*. Espacio Público. Mayo, 2019. Disponível em: http://espaciopublico.org/sin-periodicos-menos-noticias-en-venezuela/#_ftn2. Acesso em: 13 ago. 2019.
- BUITRAGO, Deisy; PONS, Corina. *La batalla política en Venezuela también se libra en la televisión*. Reuters. Mayo, 2017. Disponível em: <https://lta.reuters.com/articulo/topNews/idLTAKBN18M28L-OUHLT>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. *Informe Latinobarómetro 2018*. 2018. Disponível em <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- ESPACIO PÚBLICO. *Informe 2017: Situación del Derecho a la Libertad de Expresión e Información*. 2018. Disponível em: <http://espaciopublico.org/informe-anual-2017/#.XStfregzbIX>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- EUROPA PRESS. *Maduro anuncia el despliegue de la red 4G en Venezuela de la mano de Huawei y ZTE*. Europa Press. Mayo, 2019. Disponível em: <https://www.europapress.es/economia/noticia-maduro-anuncia-despliegue-red-4g-venezuela-mano-huawei-zte-20190524131735.html>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- FERNÁNDEZ, Carmen Beatriz. *Medios rojos y espectadores azules: cuando las audiencias deciden emigrar. Selectividad ideológica de las audiencias ante la estatización de la información en Venezuela*. Contratexto, v. 29, p. 181-198. Disponível em: <https://revistas.ulima.edu.pe/index.php/contratexto/article/view/1822>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- FREEDOM HOUSE. *Venezuela Country Report | Freedom on the Net 2018*. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-net/2018/venezuela>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- GONZÁLEZ, Chevige. *Esta emisora de servicio público llega a 90% del territorio nacional. Ningún circuito privado tiene el alcance de Radio Nacional de Venezuela*. Correo del Orinoco. Agosto, 2015. Disponível em: <http://www.correodelorinoco.gob.ve/ningun-circuito-privado-tiene-alcance-radio-nacional-venezuela/>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- HINTERLACES. *Monitor país Hinterlaces. Reporte ejecutivo – 7 junio 2017*. Junio, 2017. Disponível em: <http://hinterlaces.com/74-tiene-poca-o-ninguna-confianza-en-medios-de-comunicacion-para-informarse/>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- IPYS. *Navegación a la mínima expresión | Condiciones de la calidad de internet en Venezuela*. Febrero, 2018. Disponível em: <https://ipysvenezuela.org/2018/02/27/>

navegacion-la-minima-expresion-condiciones-la-calidad-internet-venezuela/.

Acesso em: 13 ago. 2019.

MCILROY, Jim. Reject the international 'fake news' attack on Venezuela. *Green Left Weekly*, v. 1152, n. 8.2019. Disponível em: <https://search.informit.com.au/documentSummary;dn=099623255353058;res=IELHSS;type=pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

MONITOR PRODAVINCI. *IPY'S comprobó bloqueos a El Pitazo y Efecto Cocuyo*. ProDaVinci, 2019. Disponível em: <https://prodavinci.com/ipys-comprobo-bloqueos-a-el-pitazo-y-efecto-cocuyo/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

RODRÍGUEZ, Jordi; FERNÁNDEZ, Carmen Beatriz. Infopolítica en campañas críticas: el caso de Argentina, España y Venezuela en 2015. *Comunicación y hombre*, v. 13, p. 85-102, 2017. Disponível em: <https://portalderevistas.ufv.es/comunicacionyhombre/article/view/217/220>. Acesso em: 13 ago. 2019.

RODRÍGUEZ, Ronny. *Conatel censura documental sobre Venezuela de canal alemán DW. Efecto Cocuyo*. Agosto, 2018. Disponível em: <http://efectococuyo.com/apoyo-al-periodismo/conatel-censura-documental-sobre-venezuela-de-canal-aleman-dw/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

ROMERO-RODRÍGUEZ, Luis M.; TORRES-TOUKOUMIDIS, Ángel; AGUADED, Ignacio. Métodos de censura en regímenes autocráticos intermedios: estudio de caso de países iberoamericanos 2000-2016. *Revista Espacios*, v. 38, n. 28, p. 33, 2017. Disponível em: <http://w.revistaespacios.com/a17v38n28/17382833.html>. Acesso em: 13 ago. 2019.

URRIBARRÍ, Raisa; DÍAZ HERNÁNDEZ, Marianne. *Políticas públicas para el acceso a Internet en Venezuela*. Julio, 2018. Disponível em: https://www.derechosdigitales.org/wp-content/uploads/CPI_venezuela.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

Traduzido por Jhonatan Mata e Sonia Virgínia Moreira